

25/11/2011 - A cidade que queremos



Por Ailton  
Brasiense Pires

Em 1950 tínhamos 50 milhões de habitantes e 33% – ou 17 milhões – residindo nas cidades. No censo de 2010 éramos 190 milhões e 80% vivíamos nas cidades, ou seja, 160 milhões de “urbanoides”. Pelas previsões recentes seremos 230 milhões de habitantes daqui a 20 anos, dos quais 200 milhões residindo em cidades. Desta forma, 40 milhões de novos habitantes irão conviver em áreas urbanas. Em quais cidades, com qual qualidade de vida? Onde irão morar, trabalhar, procurar educação, saúde etc. Como irão se deslocar? Quanto precisaremos investir para atender estas necessidades?

A Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) vem procurando discutir estas questões desde há muito tempo. Para isso tem organizado congressos, seminários, debates técnicos, estudos etc. Temos procurado enfatizar que a proposição à sociedade de apenas melhorarmos o transporte público – seja através de trilhos ou pneus – é uma condição necessária, mas insuficiente. As demandas para melhoria dos transportes públicos exigem soluções de curto prazo conhecidas. O uso extensivo de veículos particulares tem mostrado que o aumento dos congestionamentos, poluição e acidentes decorrem da busca de soluções individuais. Temos um enorme passivo quanto ao aumento de qualidade e quantidade de transportes públicos. Mas, olhando para o futuro imediato, num horizonte de 20 anos, se apenas incrementarmos o transporte público de qualidade e quantidade estaremos consolidando o desenho urbano que orientou a distribuição de moradias, serviços e comércio, entre outros.

Em 1950 a cidade de São Paulo tinha uma população de 2,5 milhões de habitantes e 95 % dos deslocamentos eram feitos por transportes públicos. Naquela época, a cidade era muito compacta, até por conta da disponibilidade da oferta das linhas de trens, bondes e ônibus. Ou seja, as moradias, os serviços, o comércio e as indústrias, procuravam localizar-se nas proximidades dos transportes públicos. Eles foram os ordenadores urbanos da vida cidadina.

Olhando para o futuro, depois da péssima experiência de ter trocado a ordenação do espaço público pelo transporte individual, além da excessiva especulação imobiliária predatória, chegou a hora de repensarmos o futuro de nossas cidades. De uma vez por todas, a expansão das cidades tem que se dar em cima de Planos Diretores que orientem as cidades para onde crescer, e para onde não crescer. Devemos aproveitar as disponibilidades financeiras e de conhecimento sobre como reordenar nossos espaços.

Os novos 40 milhões de cidadãos deverão morar em cidades médias, que hoje têm populações entre 300 000 e 1 milhão de habitantes. Algumas delas irão duplicar suas populações. Se mantiverem o desenho urbano de ocupação e uso do solo, irão inchar – de forma negativa –, e não crescer. Se, por outro lado, pensarem em construir corredores de transporte público, de trilhos e pneus, onde a cada um deles couber o papel de ordenadores urbanos, neles teremos um adensamento e diversificação de uso que permitirão atender um número maior de pessoas por viagem. Até pelo fato de as viagens serem mais curtas. Ou seja, seus interesses de emprego, saúde, comércio, educação, serão atendidos em um tempo menor, com um custo menor. As soluções são conhecidas, temos que envolver o cidadão na discussão, a sociedade civil organizada precisa ser ouvida e comprometida. Hoje, sabemos o que fazer e como fazer. Precisamos, pois, acreditar e cobrar as decisões corretas.